

CAPEB:
ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO E OS DESAFIOS PARA A
AUTOMANUTENÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA AMAZÔNIA-ACREANA.

SILVIO SIMIONE DA SILVA¹

RESUMO: As transformações ocorridas na reprodução do espaço agrário acreano, nas três últimas décadas do século XX, têm produzido dinâmicas que refletiram em todos os âmbitos do espaço regional. A produção familiar camponesa assentada nos projetos de assentamentos se vê envolvida pela expropriação que a atinge constantemente. Por outro lado, reagindo a tais situações, as perspectivas para escapar de tais processos estão sendo construídas através da organização de grupos sociais que buscam no associativismo, criar alternativas para uma saída do isolamento e de obter melhores condições de vida. Aí, então, surgiram às associações de produtores rurais e, posteriormente a CAPEB (Central de Associações de Produtores Rurais e Eritaciolândia e Brasília) em Brasília e Eritaciolândia no Acre, com uma experiência que aponta para novas possibilidades a grupos sociais, que antes pareciam condenados a expropriação. Assim, a luta de resistência na terra vai sendo construída a partir de uma formação política e de um trabalho sério de inserção econômica ao mercado destes grupos que antes estavam semi-alijados. São estas questões que estaremos tratando aqui.

PALAVRAS CHAVE: Fronteira Amazônica – Produção camponesa – Expropriação-resistência – Associativismo - Espaço-mercado.

CAPEB:
ASSOCIATIVISM/CO-OPERATIVISM AND THE CHALLENGES FOR PEASANT
PRODUCTION SELF-MAINTENANCE IN ACREAN-AMAZONIA.

ABSTRACT: The transformations that took place in the reproduction of the agrarian space in Acre in the last three decades of the 20th century have produced dynamics that reflected in all spheres of the regional space. The peasant family production in the settlements projects finds itself involved with the expropriation constantly striking it. On the other hand, as a reaction to such situation, perspectives to escape these processes have been framed through the organization of social groups seeking, through associativism, to create alternatives to escape isolation and to get better life conditions. So, rural producers associations emerged and, subsequently, CAPEB (Central de Associações de Produtores Rurais de Eritaciolândia e Brasília – Rural Producers Associations Central of Eritaciolândia and Brasília) was created in Brasília and Eritaciolândia in Acre, with an experience that indicates new possibilities to social groups likely to be condemned by expropriation. Thus, the struggle for land resistance has been carried out from political formation and a serious work of economic insertion in the market of these formerly semi-jettisoned groups. These are the questions to be treated here.

KEY-WORDS: Amazonic border – Peasant production – Expropriation-resistance – Associativism – Space-market.

¹ Professor Assistente-Mestre do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre. Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente. ssimione@bol.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A melhor classe de propriedade é aquela em que participam todos os que o desejarem. A melhor forma de instituição econômica é aquela dentro da qual nenhum homem pode explorar o outro. A melhor forma de empresa é aquela em cuja direção e propriedade a gente aprende com maturidade o significado da irmandade. (Jerry Voorhis. In.: MCGRATH, 1971).

Tratar desta questão no âmbito de estudos agrários na Geografia se torna uma tarefa complexa. A primeira vista, teríamos que fundamentar a questão do associativismo/cooperativismo nas concepções doutrinárias dos socialistas utópicos do século XVIII e XIX, que lançaram as bases tanto para uma perspectiva econômica alternativa ao capitalismo como de uma possível forma para superação pacífica deste modo de produção. Também, poderíamos vê-lo nas experiências realizadas pelas organizações pioneiras como da cooperativa (sociedade) dos "Justos Pioneiros de Rochdale", na Inglaterra do século XIX. Todavia, entendemos que para nossa reflexão aqui basta tomarmos como base que muitos dos princípios, aí definidos, irão permear todas as experiências de cooperativismo e associativismo até os dias atuais, sem negar que as especificidades socioespaciais, em que se realizam algumas dessas experiências, permitem o desenvolvimento de certas dinâmicas próprias.

Partindo destas considerações pretendemos, neste trabalho, mostrar como no contexto reprodutivo do espaço agrário amazônico-acreano, surgem iniciativas com experiências desta natureza, que apontam para novas perspectivas ao desenvolvimento agrário desta região. Será, então na discussão do processo de formação de organizações como a CAPEB, que apontaremos para os princípios do cooperativismo/associativismo que aí foram recriados, no conjunto da busca por alternativa de (re) inclusão econômica e social de grupos de pequenos produtores rurais, no mercado com seus produtos. Assim, iniciaremos fazendo um resgate geo-histórico das transformações ocorridas no espaço acreano, no âmbito de sua incorporação territorial à reprodução da fronteira econômica amazônica, pós 1970.

A INCORPORAÇÃO TERRITORIAL DO VALE DO ACRE NA FRONTEIRA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL NOS ANOS 70.

Nos últimos anos da década de 60, o Acre começava a ser incorporado no processo de reprodução capitalista da fronteira econômica amazônica, naquilo que podemos chamar de Frente Pioneira Agropecuária. As mudanças produtivas no espaço rural se deram de forma grotesca, quando a economia, assentada em bases agro-extrativistas da borracha natural e, parcialmente, da castanha-do-Brasil, foi redirecionada para outra atividade, considerada mais moderna e capaz de responder às demandas da rearticulação capitalista do espaço nesta região – a pecuária.

Estas mudanças se deram a partir da transferência da propriedade dos antigos seringais² (cujos proprietários eram os seringalistas) para os novos agentes capitalistas do Centro-Sul (fazendeiros e especuladores), em que os objetivos destas aquisições iam desde implantação de fazendas de criação extensiva de gado bovino, até mesmo à especulação

² - O **seringal** consistia, tradicionalmente, num latifúndio por extensão - grande propriedade rural que centralizada na figura do seringalista, firmou-se como instância local de circulação de capitais e mercadorias vinculando-se a instâncias do capital financeiro externo. A sede do seringal era o barracão; este consistia numa área desmatada onde situava a residência do patrão e de seus auxiliares, de um armazém e de área de pastagem para os animais etc, em geral a margem de um rio.

imobiliária que se realizou nas áreas de loteamentos privados. Outros aspectos destas mudanças foram os conflitos suscitados. Nas áreas de grandes agitações sociais, teve-se a implantação dos PADs (Projetos de Assentamentos Dirigidos), visando o assentamento tanto de ex-posseiros/seringueiros como a regularização daqueles que ainda não haviam sido expropriados e, também de trabalhadores migrantes de outras regiões.

Neste contexto, os conflitos afloram como respostas às transformações impetradas na reprodução do espaço agrário. Nas fazendas e áreas de especulação imobiliária, as práticas de espoliação da população de posseiros/seringueiros, as chamadas "limpeza de área", foram implementadas tanto por vias indenizatórias (diga-se de passagem, com valores irrisórios) como por práticas de violências físicas, como queimada de roçados (nome atribuído às áreas de cultivos feitos por seringueiros), ameaças e mortes. Nestas situações, os conflitos afloraram e deram condições para a mobilização da população local se organizar, promovendo o surgimento de sindicatos e outros movimentos de organização de trabalhadores na resistência aos processos de expropriação que os ameaçavam. Nas áreas em que foram implantadas os PADs, a regularização da situação fundiária do posseiro/seringueiro criava outra delimitação territorial de sua unidade produtiva³ (que antes era a "colocação" e passava ser o lote), dando-lhe a condição de proprietário, porém noutra estrutura de organização de seu espaço – os lotes retangulares, que quebrava a estrutura produtiva das atividades de extração da borracha, dando outra localização a unidade produtiva e ao antigo seringueiro⁴. Os desafios, para a permanência do ex-seringueiro na sua "pequena propriedade", agora, passavam por sua transformação de trabalhador extrativista amazônico para um "agricultor" em "moldes" do migrante centro-sulista que estava chegando.

Todavia, com a implantação dos PADs, inaugurava uma nova fase na dimensão da propriedade familiar na região acreana, sob base espaciais reprodutivas para receber trabalhadores expropriados tanto local como extra-regional. Assim centenas de famílias centro-sulistas vão aí compartilhar com ex-posseiros/seringueiros de um reinício da agricultura familiar camponesa, como desdobramento da impossibilidade de (re) acessar a terra em outras circunstâncias local ou extra-regional. Em 1977, teve-se implantado pelo INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) o primeiro PAD no Acre – o PAD Pedro Peixoto, no município de Senador Guiomard, a partir daí vários outros foram sendo efetuados em todo o estado. Paralelo a estas iniciativas, vários loteamentos privados também passaram a atrair para a região pequenos proprietários rurais do Centro-Sul.

No contexto geral da reprodução da frente pioneira agropecuária, os conflitos foram além do choque entre fazendeiros e posseiros, atingindo até mesmos trabalhadores locais *versus* trabalhadores migrantes. Seria aí que no conjunto destas lutas, emergem situações específicas em que sobressaem as organizações dos movimentos sindicais e outras alternativas de resistências dessa população. Nessas condições da reprodução socioespacial

³ - A **colocação** formava a área do estabelecimento do seringueiro, a "possessão" do posseiro. Caracterizava-se por uma clareira com uma cabana em que residia o seringueiro e família e, uma área de florestas onde se distribuíam as "estradas de seringas" (caminhos abertos em meio a mata ligando uma árvore de seringueira a outra), por isto seus limites dependiam da área percorrida por estas estradas, não tendo um forma definida. A "colocação" seria o embrião do pequeno estabelecimento rural na região produtora de borracha, que se centralizava na figura social do posseiro/seringueiro, como instância de produção vinculada ao barracão (sede do seringal).

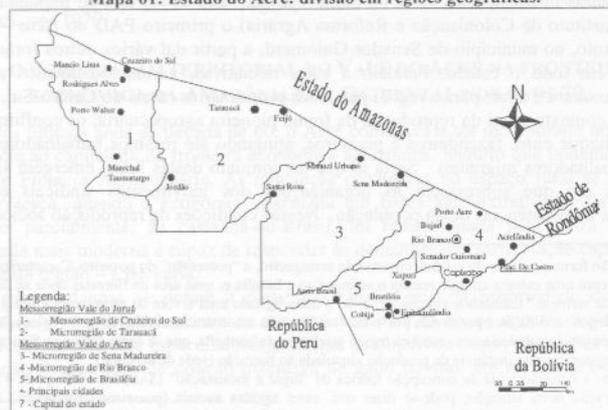
⁴ - Resgatando a situação a luz da concepção teórica de "lugar e localização" (SANTOS, 1985, p. 2) e aplicando para a explicação desta situação, pode-se dizer que, estes agentes sociais (posseiros/seringueiros) apesar de permanecerem em seus lugares físicos, na sua condição de uma força social historicamente aí constituída, tiveram que se transformar para continuarem no mesmo lugar. Nisto o lugar pode até permanecer, embora tenha mudado de referências (p. e., antes situavam no seringal e agora no PAD), mas a localização destes sujeitos sociais mudou radicalmente no conjunto das transformações, promovidas no âmbito da fronteira agropecuária.

da fronteira amazônica no território acreano, em algumas áreas essas situações de conflitos se impõem com maior intensidade. O grau de transformações impetrado pela nova frente capitalista que atingia o Estado a partir dos anos 1970, deu ritmos desiguais a uma reprodução socioeconômica e conflituosa no espaço, em que a atual Mesorregião Geográfica do Vale do Acre (Mapa 01) configura-se como a área de mais intensas transformações. Todavia, seria na Microrregião Geográfica de Brasília, que se verificariam os mais expressivos conflitos e formas organizações de movimentos sociais no âmbito da região acreana. Daí, então, ter se constituído na área mais dinâmica em produzir alternativas de reprodução para as unidades de produção não-capitalista no campo, tais como: a implantação do PAD Quixadá, do PAE (Projeto de Assentamento Extrativista) Santa Quitéria, da Reserva Extrativista Chico Mendes e, da formação de um atuante sindicalismo paralelo, ao surgimento de organizações coletivas da produção e comercialização dos produtos de grupos sociais camponeses, o que consiste no objetivo deste trabalho.

ESPECIFICIDADES REGIONAIS: A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE BRASÍLIA E A IMPLANTAÇÃO DO PAD QUIXADÁ

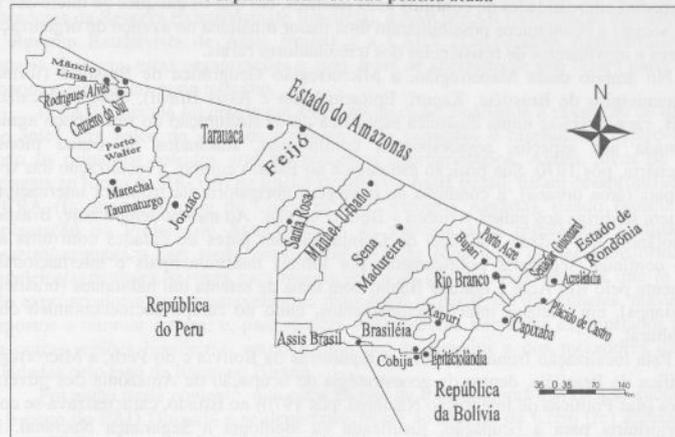
Na regionalização do espaço brasileiro em regiões geográficas, o Acre foi dividido em duas mesorregiões geográficas: **Vale do Juruá** no oeste do Estado em áreas drenadas do Rio Juruá e seus afluentes Tarauacá e Envira e, **Vale do Acre** no leste do Estado em áreas drenadas pelo Rio Purus e seus afluentes Iaco e Acre (que corta a área socioeconômica mais dinâmica do estado) e a bacia do Rio Abuña (Afluente do Rio Madeira). Estas mesorregiões estão divididas em cinco microrregiões geográficas, sendo no Vale do Juruá: Cruzeiro do Sul e Tarauacá e, no Vale do Acre: Brasília, Rio Branco e Sena Madureira, pelas quais se distribuem os vinte e dois municípios acreanos (Cf. Mapa 01 e 02).

Mapa 01: Estado do Acre: divisão em regiões geográficas.



Fonte: ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva 2002

Mapa 02: Acre divisão política atual.



Fonte: ACRE, 2000. Reorganizado por Silvio Simione da Silva 2002

No contexto da incorporação do Estado na fronteira econômica amazônica pós 1960, as áreas que caracterizam as duas mesorregiões se distinguem no que se refere à reprodução do espaço agrário. A Mesorregião Vale do Juruá, que até a atualidade possui poucas vias de comunicação e circulação terrestres, trafegáveis apenas em curto período do ano (estiagem de maio a setembro) teve, também suas terras negociadas com agentes capitalistas externos, porém as alterações ambientais e sociais foram menores que na parte oriental, resumindo-se a desmatamento de áreas próximas das cidades, ao longo da rodovia (BR – 364) e em áreas de assentamentos. Aí o isolamento e a distância, em parte inibe maiores investimentos da iniciativa privada, mas também facilita situações de exploração de trabalhadores em sistemas mais rudimentares, como algumas formas de recriação de peonagem, noticiadas nos meios de comunicações na década de 80, que podem permanecer escondidas por muito tempo. Assim, os conflitos sociais e os movimentos de resistências sempre tiveram menos expressividades no âmbito estadual.

A Mesorregião Geográfica Vale do Acre ocupa a parte mais oriental do Estado, constituído na “porta de entrada para o Acre”, por via terrestre. Está interligada por estradas em condições transitáveis com o Centro-Sul, via BR – 364 e internamente por rodovias estaduais e federais (AC-40, AC-90, BR-364 e BR-317). Nela situa-se a capital do Estado, sendo que apenas o município sede – Rio Branco abriga atualmente em torno de 48,4% da população acreana (In: ACRE, 2000). Dado estas condições, já em 1970, ela se constituía na área de maior atração para as correntes migratórias no Estado (tanto interna quanto externa), assim como na atração de investidores que buscaram a propriedade da terra para implantação de fazendas extensivas de criação de gado bovino. As transformações ambientais aí se deram em proporções tão consideráveis que em alguns municípios como Senador Guiomard e Acrelândia, o desmatamento atinge em torno de 60% de suas áreas territoriais, para uma média que em nível estadual gira em torno de 10% (com base em dados de 2.000). Isto demonstra, no âmbito estrutural da incorporação do Acre na fronteira

amazônica pós 1970, o grau das transformações impetrado pelos processos de reprodução deste espaço na formação da frente pioneira agropecuária e, daí sua repercussão socioespacial em realidades de conflitos mais intensos, em que os choques de interesses dos grupos sociais e econômicos possibilitaram uma maior dinâmica no avanço de organizações populares e movimentos de resistências dos trabalhadores rurais.

No âmbito desta Mesorregião, a Microrregião Geográfica de Brasiléia (formada pelos municípios de Brasiléia, Xapurí, Eptaciolândia e Assis Brasil), onde se localiza a CAPEB, caracteriza-se numa dinâmica específica da reestruturação do seu espaço agrário, relacionada aos aspectos socioespaciais conflituosos, suscitados na frente pioneira agropecuária, pós 1970. Sua posição estratégica no Estado confere a localização das sedes municipais (área urbana), a condição de passagem obrigatória na fronteira internacional, para quem se dirige aos países vizinhos – Bolívia e Peru. Ao mesmo tempo hoje, Brasiléia, Eptaciolândia e a cidade boliviana de Cobija formam pares de cidades com uma área urbana contínua (separadas politicamente por limites intermunicipais e internacional e, fisicamente pelo Rio Acre e Igarapé Bahia) com mais de setenta mil habitantes (brasileiros e bolivianos), em intensos inter-relacionamentos, tanto no campo socioeconômico como sociocultural.

Pela localização fronteiriça com as repúblicas da Bolívia e do Peru, a Microrregião Geográfica de Brasiléia, dentro da geoestratégia de ocupação da Amazônia dos governos militares (nas Políticas de Integração Nacional, pós 1970) no Estado, caracterizava-se como área prioritária para a ocupação, justificada na ideologia a Segurança Nacional. Daí derivam as políticas de incentivos oficiais, direcionando para a ocupação destes municípios com a transferência da propriedade de seringais para capitalistas externos e da formação de áreas voltadas para os loteamentos privados que atrairiam compradores de terra de outras regiões (sobretudo pequenos proprietários rurais do Centro-Sul). Neste contexto, as forças expropriadoras do capitalismo aos pequenos produtores (posseiros/seringueiros e colonos assentados) atuaram mais intensamente que em outras regiões do Estado – isto viria caracterizá-la como uma das áreas de mais intensos conflitos sociais e luta pela terra nas décadas de 70 e 80.

A atuação de agentes de pastores católicos e assessores da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) junto as CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) e a grupos de posseiros/seringueiros respectivamente, promoveram bases sólidas para a organização dos trabalhadores e a formação de um forte sindicalismo rural no Estado, sobressaindo aí dois dos mais atuantes sindicatos de trabalhadores rurais (STRs.) do Acre: o STR de Brasiléia e o STR de Xapurí, fundados no ano de 1975, donde surgiram lideranças como: Wilson Souza Pinheiro e Chico Mendes, mártires da luta destes trabalhadores.

Neste contexto, queremos frisar que a especificidade que nos interessa nesta área nos é dada por esta organização das forças populares que aí se movimentam. Podemos dizer que nelas se situam as bases para uma maturidade das organizações dos trabalhadores rurais em movimentos de luta pela terra e, que hoje, permite sobressair organizações coletivas da produção e comercialização agrária como a CAPEB entre outras.

Assim, podemos dizer que a Reserva Extrativista Chico Mendes e o Projeto de Assentamento Extrativista Santa Quitéria surgem em áreas de conflitos, como conquista da resistência dos seringueiros na luta pela liberdade de continuar vivendo, enquanto categoria social, que se identificava com um modo de vida específico, ligado ao convívio na floresta através de atividades agroflorestais. Hoje, tendo consumado a conquista da propriedade, a terra (do ponto de vista jurídico e ambiental) em que mora, sem ameaçar seus modos de vida de homens da floresta, a luta se dá pela busca de alternativa que viabilize sua

permanecia nela, em que já se destacam as organizações como a AMOREX (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista em Xapuri), a AMOREB (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Brasiléia), a AMOREAB (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista de Assis Brasil) e a CAEX (Cooperativa Agroextrativista de Xapuri). Todavia, estas organizações e suas áreas de abrangência não fazem parte do que propomos apresentar neste trabalho.

O PAD Quixadá foi criado em 1981, tendo como finalidade a ocupação de uma área que antes fora palco de intensos conflitos entre posseiros e fazendeiros centro-sulistas, tendo os primeiros sofridos grandes processos expropriatórios. Assim, áreas de antigos seringais ao longo da BR-317, no trecho Brasiléia – Assis Brasil, foram desapropriadas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), dando espaço para a implantação do Projeto de Assentamento. Aí passaria a se regularizar a situação do posseiro/seringueiro que ainda permanecia na terra (que teria de ser transformado em parceleiro/agricultor); serviria para reabsorver os ex-posseiros/seringueiros que já haviam sido expropriados e que miseravelmente habitavam as periferias das cidades, mas estavam dispostos a retornar a terra; e, para receber trabalhadores migrantes expropriados da terra em outras regiões brasileiras, como o caso dos brasiguaios e dos moradores das áreas inundadas pelo lago da Itaipu no Paraná.

Foi então neste contexto, que estes grupos de trabalhadores diversos se encontraram no espaço do PAD Quixadá e se depararam frente ao desafio de terem (re) acessada uma terra, porém com pouca infra-estrutura para nela permanecer.

A REALIDADE DOS PARCELEIROS NO PAD QUIXADÁ NO FINAL DA DÉCADA DE 1980.

A unidade de produção familiar agrícola no Vale do Acre, em especial, em Brasiléia e Eptaciolândia, expandiu-se com os assentamentos de colonização oficial e loteamentos particulares, a partir da década de 70. Todavia, a situação destes trabalhadores no PAD Quixadá, no final da década de 80 e início de 90, era pouco animadora para sua permanência nas propriedades recém-acessadas. A falta de uma política agrária, adequada às condições socioambientais e econômicas locais, tornaram a facilidade de acesso à propriedade da terra equiparável às dificuldades de permanência nela e, por consequência promoveu ressurgimento de processos de expropriação, também para os trabalhadores migrantes inter-regionais.

A situação no PAD colocava os trabalhadores diante do desafio de resistir numa situação de semi-abandono, organizando-se ou por aguardar uma ajuda do poder público, que não chegava. Aí, por exemplo, deparavam-se com a situação de estradas e ramais abertos há mais de seis anos que ainda sequer ofereciam condições trafegabilidade. Deste modo, a expropriação avançava sobre esses trabalhadores e muitos vendiam suas propriedades e buscavam abrigos nas periferias de Brasiléia, Eptaciolândia e outras cidades.

Ao mesmo tempo, surgiram grupos destes trabalhadores dispostos a lutar pela permanência na terra, buscando alternativas de organização da produção e comercialização de seus produtos. Estes vão encontrar apoio especial, junto a ONGs (CPT – Comissão Pastoral da Terra, por exemplo) e instituições como a Igreja Católica e os STRs., que lhes prestavam apoio e assessoria para o início de suas organizações. Assim, produtores familiares camponeses em Brasiléia e Eptaciolândia buscaram na formação de associações uma alternativa de resistência à expropriação e, ao mesmo tempo, maior projeção de seus produtos no mercado. Então, surgem as primeiras associações de produtores rurais de

Brasília e Eptaciolândia, por volta de 1987, num trabalho que partia de bases comunitárias, já iniciadas nas CEBs.

Além disso, o conflito entre grupos sociais migrantes e os trabalhadores locais colocava outro desafio a ser vencido – o preconceito. Preconceitos estabelecidos como do “sulista invasor/especulador” eram repassados para trabalhadores migrantes, assim como de que “o acreano não gostava de trabalhar” e, ambos não enxergavam que os problemas atingiam todos no conjunto de sua reprodução socioeconômica. Numa entrevista, o Sr. Sérgio ALÉCIO (1999), atual Presidente a CAPEB, explicou a situação:

Então se começou travar uma briga entre os pobres e não se resolvia nada. Isto era muito difícil porque todos eram pobres, as famílias do sul eram pobres e os acreanos também aqui eram pobres. A questão do mercado, as produções se faziam toda desordenada, ninguém tinha um cálculo um controle que deveria se fazer. Então aí surge o trabalho de algumas entidades para que nós fundássemos associações (sic.).

Nisto a tomada de consciência da situação veio à medida que estes colonos se vêem abandonados – sozinhos ante ao desleixo político em que ficaram entregues nos PADs. Então, a necessidade de se unir surgiu no momento em que sentiram que as promessas, feitas no início do programa de assentamento pelos agentes promotores, de que haveria ramais em boas condições trafegabilidade, mercado para os produtos, crédito agrícola etc., após vários anos de trabalhos, na verdade, nada havia se concretizado. O inimigo estava no próprio sistema que permitiu serem assentados. Viram que sozinhos, não venceriam, não haveria lugar para eles no mercado e, somente unidos teriam mais forças, como ressaltou um parceleiro associado, definindo suas situações anteriores. Pode-se dizer que é aí que se dá o encontro destes trabalhadores com o associativismo, mesmo sem um maior contato com a teoria.

Nestes momentos iniciais, destacam-se os trabalhos da CPT – a pastoral católica da terra, a Igreja Católica Progressista da Prelazia do Acre-Purus (Atual Diocese de Rio Branco) e as próprias CEBs – que na propagação de uma evangelização a partir da realidade, lançou bases para a tomada de consciência da necessidade de melhorar as condições de vida sem abandonar a terra e, de unir-se enquanto classe trabalhadora, independente de serem naturais ou não da região. Nisto, tomam consciência de que ao unir forças, teriam maior poder de reivindicação e de mostrar que os problemas não eram apenas individuais, de uma pessoa ou de uma família, mas de uma coletividade. Estavam colocadas as condições para a união destes trabalhadores e, juntos iniciarem um trabalho capaz de garantir a produção e comercialização de seus produtos, em condições de maior competitividades no mercado, ao mesmo tempo, também representá-los junto a órgãos públicos e privados a que tivessem de acessar.

DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS INDIVIDUAIS A UNIFICAÇÃO NA CAPEB

Em 1992, ao se consumar a formação de várias associações de produtores rurais em Brasília e Eptaciolândia, pode se dizer que um passo na luta de resistência dos pequenos produtores rurais se concretizava. As associações já se colocavam no processo produtivo agrário como instância referencial para qualquer política voltada para o campo, ao passo que o associativismo definitivamente se confirmava como uma saída viável para a produção

familiar nos PADs diante da expropriação que sempre acompanhou as iniciativas da colonizações oficiais do INCRA, no Brasil.

Com as associações de produtores rurais, os primeiros ganhos se deram na força de reivindicação em melhoria na educação e saúde (que ainda falta muito para se dizer que é suficiente) e, em especial, na eliminação dos atravessadores que atuavam na comercialização de seus produtos. Para isto, a CPT, desde 1987 desenvolvia um trabalho de importância fundamental, atuando de forma sistemática na assessoria e formação política dos agricultores nas associações rurais. A partir deste ano, doze (12) associações passaram a ser acompanhadas, tendo reuniões voltadas para formação política e orientações na plantação, beneficiamento e busca de mercado para suas produções. Na formação política, procurava-se mostrar que, embora já formassem associações consolidadas, o isolamento era inconveniente; os problemas eram na maioria comuns, portanto, poderiam e deveriam ser resolvidos conjuntamente com todas as associações.

Assim neste ano, foram realizados três encontros das associações com finalidade de promover sua legalização, promover formação política de seus membros e discutir a união das associações, sempre assessorados pela CPT. Nestes encontros, teve-se em média a participação, no mínimo, de 10 associações. Estes eventos sempre procuraram mostrar aos participantes o grau de exploração mercantil e política que submetidos aos trabalhadores e, daí a necessidade de combatê-la. Em 1993, mais dez associações passaram a integrar o grupo que discutiam a unificação das associações.

Nestes encontros, pôde-se constatar que o trabalho com associações alcançava bons resultados. Porém, era insuficiente quando ainda não se conseguia chegar ao mercado em melhores condições de comercializar sua produção. Daí a necessidade de unificar as associações numa central ou cooperativa para aumentar o número de trabalhadores reunidos, levando a produção agropecuária e agroextrativa destes produtores ao mercado com menores custos e maiores poderes de barganhas.

É bom frisar que a idéia de unir forças das associações, antes de se consumir a Central de Associações, passou por intensas discussões sobre se o futuro órgão representativo seria uma central de associações⁵ ou uma cooperativa⁶. Estas discussões se deram com maior intensidade pela insistência do STR e CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros) em implantar uma cooperativa.

⁵ - Conforme FERREIRA, PRATA E CASTRO (1993, p.8), as Associações são sociedades com fins não econômicos, sem finalidades especulativas, não se propondo a propiciar lucros a seus associados, mas sim proporcionar gozo de bens imateriais ou então, de serem úteis e agradáveis. Uma associação de produtores rurais, por exemplo, poderá auxiliar na organização e controle de produtos desde a produção até a distribuição nos mercados consumidores, procedendo ao transporte desde a propriedade até o local de venda, porém não é pessoa jurídica apta para efetuar as negociações no mercado em nome de seus associados, sendo que neste caso a venda dos produtos deve ser feita pelo próprio produtor, isto é individualmente em seu nome.

⁶ - Com relação à Cooperativa FLEURY (1983, p.32-33) faz a seguinte consideração: "Definindo-se a cooperativa como uma sociedade de pessoas e não de capital, estruturada segundo certos princípios doutrinários (que podem ser resumidos no princípio de propriedade, gestão e repartição cooperativa) e que procura prover seus membros de bens e serviços, observa-se que a cooperativa, mesmo inserida em uma sociedade capitalista, se distingue de uma empresa privada por seu objetivo e por seu modelo organizacional." Daí esclarece: "o objetivo de uma empresa é o lucro e ela procura se organizar segundo critérios de eficiências compatíveis com tal objetivo. Por outro lado, "... a cooperativa não tem como objetivo precípua o lucro para si mesma, mas propiciar os meios através dos quais seus associados possam tornar suas explorações rentáveis. O produtor associado [...] possui uma exploração agropecuária para a qual revertem os benefícios provenientes de sua associação à cooperativa [...]. A cooperativa se estrutura segundo um modelo organizacional que se pretende democrático, no qual as políticas e estratégias a serem adotadas são definidas por um processo decisório baseado em conflito e consenso entre partes interessadas".

Assim, na I Assembléia (22/03/93), realizada com objetivo de discutir a questão, decidiu-se por unanimidade de votos que seria fundada uma Central de Associações e não uma cooperativa. A central teria como vantagem ser menos burocrática para os trabalhadores dirigirem e, abria-se a possibilidade de viabilizar atividades comerciais, desde que venha em benefício dos associados. Ainda, sendo mais simples, poderia seguramente ser dirigida por uma diretoria composta pelos próprios trabalhadores.

Quando questionamos o Sr. Sérgio ALÉCIO (1999), sobre o porquê da Central de não a cooperativa, este explicou que neste primeiro momento, numa Central de Associações o associado precisa ser sócio de uma associação que já existisse antes. Ninguém é sócio diretamente da CAPEB. Cada associação se tiver 50 + 1% de associado que queira fazer parte da CAPEB, pode se associar, desde que cumpra os critérios de conhecer a Central e obedecer seu Estatuto. Com isto, mantinha-se a organização já existente e descentralizavam-se as responsabilidades. Cada uma das associações organizava sua produção, comercializava com cantinas (pequenos armazéns de mercadorias) que ela própria mantinha (ainda mantém). Só então, pôde-se eliminar a ação dos marreteiros e, isto já se constituía num grande ganho para os trabalhadores. Com esta organização, manteve-se uma certa autonomia das associações, ao mesmo tempo em que a união de força através da CAPEB lhes permitia ações conjuntas. Por fim, complementa o entrevistado: "O interessante para nós é que hoje temos vinte e poucas associações que são fortes; se elas não existissem não sei se a CAPEB existiria. As cooperativas aí que não tem núcleos, não têm nada e elas não conseguem sobreviver" (sic).

Vencida esta etapa das discussões, então se começam articular ações concretas no sentido de estabelecer as bases da Central de Associações. Outros encontros são realizados, para que devidamente articuladas, as associações possam criar formas mais sistematizadas para um planejamento participativo e conjunto. Nestes propósitos, no IV Encontro de Associações de Produtores Rurais de Brasília e Eptaciolândia em 22 e 23 de maio de 1993, com a participação de vinte associações oficializava a decisão da fundação de uma Central. Destacam-se como razões para a criação da Central os seguintes pontos:

- fugir do isolamento de cada grupo, tirando os núcleos menores, através da organização dos trabalhadores para permanecerem em suas áreas, viabilizando melhor a comercialização seus produtos;
- livrar os trabalhadores da ação de marreteiros e atravessadores, criando formas próprias de comercialização e transporte;
- buscar equilíbrio comercial através de suporte para as associações, dando prioridades aos grupos de produtores rurais associados;
- promover maior representatividade na questão agrícola, desenvolvendo um modelo de produção alternativa;
- combater as disparidades entre grupos, inclusive, no insucesso de alguns;
- unir-se para aumentar a força de mobilização e de transformação;
- buscar o crescimento das organizações dos trabalhadores e de soluções para os problemas comuns;
- ver seus produtos comercializados de forma mais organizada e valorizados no mercado.

Com isto para adentrar ao mercado, significava sair da situação de uma produção desorganizada e dispersa, para outra organizada e conjunta e em condições de oferecer melhor qualidade dos produtos vendidos, em quantidades significativamente mais consideráveis. Assim no dia 10 de julho de 1993, realizou-se a assembléia que oficializou a criação da CAPEB, com a participação de 20 associações de pequenos produtores rurais de Brasília e Eptaciolândia.

Formado a Central, traça-se o plano de ação inicial, conforme representamos no seguinte organograma:

Gráfico 01: Organograma: Plano de ação inicial da CAPEB



A diretoria foi composta por representantes das associações associadas na recém-criada Central, ocupando as seguintes funções: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Vice-secretário, Tesoureiro, Vice-tesoureiro, Coordenador Geral, 1º, 2º e 3º Conselheiro Fiscal e dois membros suplentes. No conselho fiscal, poderia haver representante de órgão de assessoria, como a CPT., ou de outras organizações dos movimentos populares. Da Fundação até o ano de 2000, teve-se três eleições, em que a alteração na diretoria se deu de forma razoável, sendo que o presidente atual (eleito pela primeira vez em 22-23/07/1995) havia ocupado antes o cargo de Coordenador Geral a partir de janeiro de 1995, e está em seu segundo mandato.

Do ponto de vista hierárquico estrutural a composição da CAPEB pode ser representada da seguinte forma:

Gráfico 02: Organograma - Estrutura administrativa da CAPEB

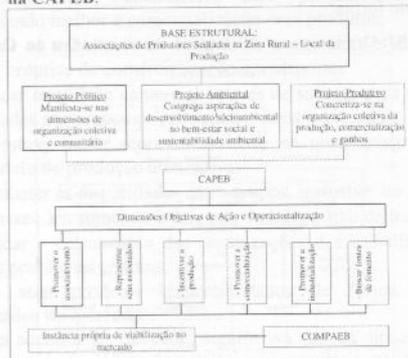


Dentro desta estrutura, todas as decisões têm, portanto, nas assembléias o órgão máximo de deliberação. A direção sugere e discute, mas os associados reunidos em assembléias decidem coletivamente. Nisto se tem à caracterização da funcionalidade dos diversos setores que compõem esta estrutura da Central de Associações.

Outro ponto importante discutido nas reuniões, foi a intenção de se optar por atividades agroflorestais, com vista a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, considerando o sucesso de experiências bem sucedidas, como do Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado) em Nova Califórnia, no extremo oeste de Rondônia.

Com a consolidação da CAPEB e o franco crescimento que foi alcançado nos anos que seguiram, esta Central, reconhecida do ponto de vista jurídico como associação, não era sujeito apto a operar certas transações no mercado. Como associação, a CAPEB não poderia atuar na comercialização dos produtos, sua ação constituía numa anomalia jurídica, que inicialmente foi aceita pela Receita Federal e pela Secretaria de Fazenda do Estado, mas estava inapta para continuar. Esta limitação de ação da Central de Associações levou os associados à necessidade de pensar e agir estrategicamente para viabilizar seu projeto produtivo. Com este propósito, foi criada, em 1999, a COMPAEB (Cooperativa Mista de produção Agropecuária e Extrativista de Eptaciolândia e Brasília). Como a cooperativa é uma sociedade civil de fins econômicos⁷ (e não lucrativa), a COMPAEB poderia então atuar no mercado, comercializando os produtos de seus cooperados, adquirindo bens necessários ao seu funcionamento e, até abrindo linhas de créditos junto às instituições financeiras. Além disso, por meio da COMPAEB, a CAPEB está viabilizando algumas pequenas indústrias que já começam a beneficiar a produção no próprio município e garantindo maior agregação de valores aos produtos, como é o caso da Usina de Castanha Wilson Souza Pinheiro que funciona desde final de 1999. Assim, compôs-se a estrutura atual da CAPEB que demonstramos no organograma abaixo (Gráfico 03).

Gráfico 03: Organograma - Estrutura de funcionalidade do associativismo e cooperativismo na CAPEB.



⁷ - Cabe salientar, que do ponto de vista legal, a cooperativa não opera visando o lucro, mas a ganhos econômicos e a garantia de benefícios aos seus associados. A cooperativa não tem lucros, tem sobras e, estas quando ocorrem devem ser distribuída entre seus cooperados, portanto não deve haver acumulação e capital, apenas a manutenção de um capital fixo para o funcionamento da estrutura.

CUMPRIMENTOS DE METAS.

Um dos principais problemas que os pequenos produtores encontravam era a questão de como colocar seus produtos no mercado sem serem tão explorados por atravessadores. O grau de exploração era tão grande que em muito caso seria mais conveniente colher o que iria utilizar na auto-subsistência familiar e abandonar o restante. Assim, ao mesmo tempo em que o produtor perdia seus produtos no roçado, convivía com constantes perdas do poder de compra de gêneros industrializados necessários à sua sobrevivência. Atuar em atividades complementares como de diaristas em fazendas e colher castanha na época da safra, constituía-se nas atividades acessórias que lhes possibilitavam obter algumas economias. A criação de uma pequena pecuária extensiva de subsistência dava-lhe a segurança de uma reserva de valores ("poupança"), com um produto de grande liquidez no mercado, para momentos extremamente necessários.

Neste contexto, com o surgimento das associações seguido da CAPEB, a comercialização tem constituído num dos objetivos fundamentais destas organizações, em busca de superar a figura dos atravessadores e obter maiores ganhos ao produtor. Isto foi um princípio básico para formação da Central, constando como um dos seus objetivos fundamentais em colocar de forma menos prejudicial ao produtor, a sobre a sua subsistência e aqueles produtos produzidos com finalidade exclusiva de venda, no mercado.

Para viabilizar estes objetivos, a Central procura organizar e incentivar seus associados nas linhas de: incentivo a diversificação da produção, criação de uma instância própria de comercialização, início gradativo da industrialização de seus produtos e, manutenção da garantia de preço mínimo por safra.

Na diversificação da produção, tem se partido do princípio que monocultura é inadequada ao pequeno produtor, pois cria uma dependência exclusiva sobre um produto único. A policultura garante uma diversidade de produtos de forma que se num momento não houver mercado para um dos produtos, o produtor não corre risco de ficar sem ter o que comercializar. A opção por produtos típicos amazônicos, produzidos por processos naturais (sejam coletados ou através de atividades de silvicultura), tem crescido entre estes grupos. Neste sentido, podemos admitir há uma relação entre a busca de mercado e a opção pela chamada "busca de sustentabilidade na agro-silvicultura e atividades agrofloreais - que aí se tem praticado (não que isto seja mal, mas comprova que há uma relação entre a "citada consciência ecológica" e a possibilidade de ganhos econômicos, encontrado no mercado). No relatório de uma reunião em 1994 (CAPEB - Arquivo geral, 2000), fica evidente a meta desta relação quando afirmam que "acredita-se que o incentivo a produção acontece através da demanda ao mercado, ao mesmo tempo em que a boa produção força o mercado a abrir aos novos produtos".

Assim, hoje nas associações tem se praticado o cultivo de lavouras temporárias (lavouras brancas) como o milho, arroz, o feijão a mandioca, mas há um expressivo aumento de lavouras perenes como o café, o cupuaçu, a pupunha, o açaí, a pimenta longa e de espécies madeireiras amazônicas, geralmente, praticados em plantações consorciadas de diversas espécies, formando os Sistemas Agrofloreais (SAFs). Ainda se praticam muitas atividades extrativistas como a coleta da castanha-do-Brasil, sementes de espécies amazônicas, extração de óleos naturais etc.

Na comercialização, a CAPEB tem duas funções básicas que é a de negociar a produção dos produtores rurais associados e outra de lhes fornecer, a preços mais justos, bens manufaturados necessários a sua subsistência. Todas as transações neste setor são administradas por um gerente comercial. Para isto, dispõem de uma sede de funcionamento

do armazém CAPEB (junto a sede administrativa), ocupando um barracão (30x50 m.) cedido pelo IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) na área urbana de Brasília.

No comércio de produtos manufaturados, o armazém da CAPEB já compete no mercado urbano de Brasília e Eptaciolândia, pois o acesso a compra é aberto a toda população. Os produtos são oferecidos a preço abaixo do mercado local, sendo cobrado adicionais apenas em percentuais necessários à manutenção do seu funcionamento.

Na comercialização dos produtos agrícolas e extrativistas, a Central trás vantagens fundamentais, pois cria condições para que estes sejam colocados no comércio em quantidade que juntos representam uma grande produção para a média do que é comercializado no município, o que amplia seu poder de barganha. Todavia com a criação da COMPAEB, a viabilidade de operacionalização desta meta torna-se mais prática. Por outro lado, a montagem de uma estrutura comercial e a assistência técnica que tem sido praticada, já garante a possibilidade de uma atuação com busca de mercado em nível nacional e até internacional e, ainda priorizando um incipiente controle de qualidade para a produção.

Pode-se destacar também neste sentido dois objetivos claros: de atender ao mercado de consumo local com produtos mais baratos para população e, quando a produção exceder a necessidade do município, busca-se colocar noutros mercado de maior porte.

Com relação aos dois pontos tratados, ao questionarmos Sergio ALÉCIO (1999) sobre como se dá esta relação de busca de mercado e produtos amazônicos ele respondeu:

"A questão a partir de agora tem que ser mais profissional, brincar de produzir não dá. Numa reunião que participei em São Paulo, ouvia dizer que o mundo está doente, eu percebia que está doente e com fome. Por isto, uma coisa é certa: se você apresentar um produto desde que este seja natural, não tendo sofrido um processo químico aí você tem um mercado garantido. O palmito tem mercado, a castanha temos problemas, mas tem garantia de mercado, o café, tem mercado, o milho tem mercado. Na própria reserva extrativista, a gente percebe também que o que é medicinal também tem mercado. Então a gente tem que apresentar isto! Produtos de grande aceitação em condições e qualidade de garantir mercado" (sic)

Em nível municipal os principais negociantes com a CAPEB, além dos associados, são produtores rurais e moradores da própria área urbana dos municípios de Brasília e Eptaciolândia (tanto na compra como na venda de produtos). Em nível estadual, sobressaem alguns supermercados e empresas atacadistas de Rio Branco. Em nível nacional, o grupo Nutritional de São José dos Pinhais (PR.) tem sido o principal comprador da castanha-do-Brasil produzida. Atualmente, também já se pode falar de um comércio internacional, com a exportação de milho para as Granjas Amazônia S.A. de Puerto Maldonado, no Peru.

Demonstrativos deste comércio apontam que, a CAPEB negociou cerca de 900 toneladas de milho para o Peru, em 1998, ao preço de US\$ 10,00 a saca de 60 Kg, intermediados pelo Deputado Ronald Polanco do PT/AC. Esta possibilidade de ampliar o comércio de produtos locais foi reforçada pelo discurso do referido deputado de que, "se houver apoio à atividade produtiva do Acre tem como encontrar mercado para seus produtos" (sic), numa reunião de avaliação da Central no final deste ano (CAPEB – Arquivo Geral, 2000).

Com isto chegamos à outra meta que mencionamos que é a industrialização. A instalação de unidade de beneficiamento de alguns produtos foi de encontro ao objetivo de

garantir maior agregação de valores aos produtos e que a circulação de capitais gerados permanecessem no município. Isto já era uma meta desde a criação da CAPEB.

Assim, visando ampliar a capacidade produtiva com a diversificação de produtos e maior controle de qualidade, em 02/07/98, foi inaugurado a Usina de Beneficiamento de Castanha Wilson Souza Pinheiro – sendo a castanha um produto autêntico da região. Financiada pelo Banco Mundial, através do Projeto Demonstrativo da Amazônia (PDA), via Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, a usina tem capacidade de beneficiar 10 toneladas p/mês, gerando em torno 32 empregos na cidade. A comercialização da produção está sendo feita com partes destinadas às empresas nacionais, mas também já há parcelas voltadas para a exportação para empresas dos EUA e Itália.

Um ponto interessante na questão desta Usina Central, é que a CAPEB, criou uma base produtiva e de semi-beneficiamento numa organização descentralizada. São quatro mini-usinas instaladas que geram 24 empregos no campo, em que o produto irá sair da associação, já descascado e selecionado. Isto tem gerado agregação de valor ao produto em até 100% na remuneração aos associados, explicando melhor, podemos dizer que uma lata de castanha de 10 Kg, que em 1998, seria vendida a R\$ 4,00, sendo o produto beneficiado, esta mesma quantidade renderia 3,5 Kg de amêndoas, que serão comercializada ao preço total de R\$ 8,00 e, empregando mão-de-obra local.

Cabe salientar ainda que além desta usina, na CAPEB, há outros projetos em andamento para implantação de pequenas indústrias no município de Brasiléia como da fábrica de Palmito, de uma torrefação de café, de usina de produção do safrol (óleo extraído da folha de pimenta longa, utilizado na indústria farmacêutica e de cosmético), da fábrica de solados de borrachas (para sapatos e sandálias) e as beneficiadoras de arroz que devem ser descentralizadas pelas sede de associações.

Com a criação da COMPAEB, estes produtores estão legalizados agora para atuar no mercado, pagando impostos, emitido notas e cobrindo seus encargos, pois como vimos, o que se fazia antes pela CAPEB era legítimo, mas juridicamente não era legal. Também, o processo de implantação de pequenas agroindústrias irá passar, agora, pela viabilidade institucional da Cooperativa, sem, contudo, modificar a estrutura já constituída.

É interessante ressaltar que estes agro-negócios, viabilizados pela COMPAEB, não são necessariamente da formação de empresas da Cooperativa. O Advogado Márcio DAGNONI (2.000), assessor jurídico destas organizações no Acre, explicou que algumas destas firmas (a de solado de borracha e a usina de safrol, p.e.) serão propriedades de associações. Serão fundadas Sociedades Anônimas de propriedades das associações, “tudo passará pela COMPAEB, mas o pessoal terá que aprender a administrar para não ficar muito centralizado”. Ainda salientou o referido advogado, que um dos problemas sérios que o movimento associativista/cooperativista está enfrentando é a falta de pessoal capacitado para administrar todos esses negócios, para isto as organizações de apoio e as próprias organizações de trabalhadores estão investindo na capacitação de seus membros.

No conjunto destas organizações, a garantia de um preço mínimo tem sido uma política da CAPEB, visando assegurar ao produtor a venda da safra e condição de melhor planejar suas atividades. A importância desta ação permitiu que a figura do atravessador, hoje, em Brasiléia e Epiaciolândia, tende a desaparecer, sendo que, inclusive, produtores não-associados, mesmo não tendo as garantias dos associados, já estão negociando seus produtos com a Central de Associações.

Para finalizar, acreditamos que o leitor deste texto deve estar perguntando: mas de onde vem este capital para iniciar estes negócios? Não queremos esgotar esta questão, mas primeiramente é preciso entender que se trata de uma iniciativa muito nova, ainda

incipiente, por isto as coisas estão sendo feitas com muita dedicação, o que tem feito os recursos se multiplicarem no uso. Todavia, podemos dizer que os primeiros recursos vieram de fundo de solidariedade das associações, onde cada sócio colaborou com a CAPEB doando duas sacas de arroz por ano, durante cinco anos; de financiamentos a fundo perdido de organizações de solidariedade da Europa, como o caso da Misereor e a Katholische Zenatralstelle für Entwicklungshilfe E. V.; de financiamentos de projetos com finalidades socioambientais junto a organismos como: o Banco Mundial, Fundação Ford e do Ministério do Meio Ambiente do Brasil; de créditos viabilizados por projetos de políticos conscientes destas iniciativas populares juntos a órgãos estaduais e federais; e, ainda, dos contratos de vendas de produtos com o financiamentos das indústrias compradoras.

Outra questão, é que não podemos ainda precisar um montante de capital fixo e circulante com que trabalha esta organização, assim como de dados quantificáveis representativos da produção. Estamos cientes das necessidades destas informações, elas serão obtidas com o aprofundamento das pesquisas em outras etapas.

DEMONSTRATIVOS DA REALIDADE SOCIOECONÔMICA COM BASE EM DADOS DE NOVE ASSOCIAÇÕES.

O que apresentamos até aqui pode transparecer que para estes produtores a situação é muito boa. Nosso objetivo é para que seja entendido que a luta destes grupos se deram inicialmente em busca de uma garantia de condições para permanecerem na terra e viver com mais dignidade; é ilusão pensar que o produtor familiar camponês pode viver bem sem necessitar de certos confortos oferecidos pela vida moderna. Neste sentido, ainda se tem muito a fazer. Assim nesta penúltima parte queremos mostrar alguns dados, atestando vários problemas que atingem e que cobrem a totalidade das associações que integra a CAPEB (Quadro 01). Com isto poderão notar a realidade e os desafios a serem enfrentados perante as diferenças entre as diversas associações.

Quadro 01: Evolução do número de associações que integram a estrutura funcional da CAPEB.

Ano	Quantidade
1993	20
1996	23
1997	25
2000	35

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Todavia, é bom frisar que os dados que apresentaremos a seguir foram coletados no período do segundo semestre de 1999 ao primeiro de 2000, não atingido esta totalidade. Sua abrangência pode-se dizer que, é apenas de uma pequena demonstração feita junto a nove associações. Porém, esta garante uma expressão dos problemas que se estendem ao âmbito das demais associações, sem negar que há certas especificidades que devem ser tratadas individualmente.

DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO DE NOVE ASSOCIAÇÕES FILIADAS A CAPEB.**Quadro 02: Quantidade e origem da população, por associação**

	Entrevistas		Origem da família	
	Número de famílias	Nº de pessoas nas famílias	Migrantes	Acreanos
Francisco Marçal	20	130	17	3
Lua Nova	14	85	2	12
N. S. de Fátima	7	60	5	2
Nova Aliança	14	105	13	1
Primeiro de Maio	8	-	-	-
Ramal 12	19	-	-	-
Santa Luzia	8	57	6	2
S. João Batista	11	102	-	11
Wilson Souza Pinheiro	11	-	5	6

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Aqui podemos notar que apesar da CAPEB ter sido iniciada entre migrantes centro-sulistas, no âmbito interno da organização, os conflitos que se verificavam inicialmente entre trabalhadores migrantes e acreanos, tendem a ser gradativamente superados, buscando-se cada vez mais a identificação de uma organização do ponto de vista da classe social que representa: trabalhadores camponeses em atividades de cultivos. Todavia, estas associações comportam apenas parte de comunidades de trabalhadores rurais (segundo dados levantados às comunidades comportam em média 40 famílias por ramais ou localidades), a maioria ainda não é associada.

Quadro 03: Renda Familiar anual (com base em declarações por famílias), 2000.

Associação	Média familiar (R\$)
Francisco Marçal	4.495,75
Lua Nova	1.260,00
N. S. de Fátima	1.825,30
Nova Aliança	2.080,00
Primeiro de Maio	-
Ramal 12	4.524,00
Santa Luzia	3.795,00
S. João Batista	2.182,95
Wilson Souza Pinheiro	1.469,00

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Para demonstrar a renda familiar, trabalhamos com média de valor declarado individualmente pelos entrevistados (onde a variação era muito grande, chegando a maior renda ser equivalente a oito vezes a menor). Daí, dentre outras conclusões, dá-se a entender, primeiro que há grande disparidade entre as associações; estas disparidades estão relacionadas a dois fatores: um refere-se ao tempo em que cada associação começou a trabalhar, numa perspectiva de atender ao mercado, portanto as lavouras ainda estão em processo de formação e, um outro se refere aos produtos com que trabalham, ou seja, aquelas associações que se localizam em áreas com maior potencial na produção de

castanha, por exemplo, obtém uma maior faixa de renda, garantida em parte por este produto. Todavia, é inegável a importância desta renda na vida de cada família, visto que não somamos isso com a produção e criação voltada para a subsistência familiar. Estas desigualdades constituem-se em situações que devem ser trabalhadas no âmbito geral da organização, pois como se pode notar que estes dados têm reflexos também nas condições socioeconômicas.

Quadro 04: População: analfabetismo e idade.

Associação	Índice de analfabetismo na (Pop. Idade superior a 7 anos)	Idade da população
		Intervalos
Francisco Marçal	3,8	01 – 50
Lua Nova	30,6	01 – 59
N. S. de Fátima	46,0	01 – 59
Nova Aliança	14,1	02 – 73
Primeiro de Maio	35,7	01 – 60
Ramal 12	25,0	01 – 66
Santa Luzia	7,5	02 – 83
S. João Batista	42,5	01 – 60
Wilson Souza Pinheiro	-	01 – 65

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Quadro 05: Participação por gêneros de população

Associação	Pop. feminina (%)	Pop. infantil - até 10 anos (%)	Pop. em idade produtiva - da mais 10 a 60 anos (%)	Pop. idosa - superior a 60 anos (%).
Francisco Marçal	41,1	14,9	85,1	-
Lua Nova	46,4	31,8	68,1	-
N. S. de Fátima	51,0	30,0	70,0	-
Nova Aliança	45,0	16,1	80,7	3,2
Primeiro de Maio	57,0	-	-	-
Ramal 12	38,0	9,5	85,8	4,7
Santa Luzia	52,3	18,9	78,8	2,3
S. João Batista	52,9	38,2	61,8	-
Wilson S. Pinheiro	33,3	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Nestes dois quadros acima podemos notar também as desigualdades internas em aspectos socioeconômicos, que em parte refletem o que foi demonstrado no quadro anterior. A média de população situada majoritariamente em faixas etárias que podemos classificar como idade produtiva no campo (entre 10 e 60 anos), denota um bom potencial de força produtiva, todavia, o início do trabalho começa muito cedo, por volta de 10 a 12 anos, quando o indivíduo atinge a quarta série escolar (Ensino Fundamental) e não terá mais opção de prosseguir o estudo em sua localidade. O alto índice de analfabetismo de algumas associações apresenta um desafio que a CAPEB deve encarar com muita seriedade, buscando atingir, sobretudo a população adulta como condição de cumprimento de seus objetivos educativos.

A pequena participação de idosos nos dá um parâmetro da perspectiva de vida no campo na Amazônia. Isto demonstra mais o fator "óbito" atuando, colocando-nos também a migração de população idosa para a cidade em busca de melhor assistência à saúde, o que dificilmente obteriam no campo.

Na apresentação do Quadro 04, colocamos a participação por gêneros, demonstrando que há grandes disparidades entre homens e mulheres, adultos, idosos e crianças. Isto foi levantado e justificado pela primeira vez no projeto "Organização das mulheres da CAPEB e melhoria da qualidade de vida" – 23 de agosto de 1994, o que motivou várias ações neste sentido. Todavia, salienta-se que apesar dos trabalhos de formação, promovidos pela CAPEB em consideração a estas situações, ainda há uma carência de certos cuidados em desenvolver ações que promovam maior participação de todos.

DEMONSTRATIVO ECONÔMICO DE NOVE ASSOCIAÇÕES FILIADAS A CAPEB.

Os quadros 06 e 07 nos permitem fazer algumas constatações nos aspectos agro-econômicos no que se refere ao uso da terra. Cabe ressaltar que as associações têm sido orientadas a incentivar os associados na implementação de atividades que garantam uma sustentabilidade social e ambiental e, daí de se ter claro o crescimento de atividades agroflorestais e da chamada "agricultura sustentável".

Quadro 06: Uso da terra (média dos associados em hectares)

Associação	Área desmatada	Área de pastagem	Área de capoeira	Área de lavoura
Francisco Marçal	20,4	9,5	4,5	3,8
Lua Nova	11,2	4,8	3,1	2,5
N. S. de Fátima	24,7	14,1	3,5	2,8
Nova Aliança	30,8	22,4	4,3	2,6
Primeiro de Maio	-	-	-	-
Ramal 12	24,8	19,9	1,2	3,5
Santa Luzia	20,9	15,7	3,7	1,8
S. João Batista	11,6	2,0	8,1	1,7
Wilson S. Pinheiro	13,3	2,9	6,8	2,7

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Ao considerar que o tamanho médio das propriedades no PAD Quixadá, está entre 80 a 100 hectares, pode-se observar que o percentual da área desmatada gira em torno de 10 a 30 % do lote, isto significa que há uma grande parte de reserva florestal por propriedade. A área de capoeira, que ainda é bastante considerável, refere-se às extensões em que era praticada a agricultura itinerante, desmatando-se em média de 3 a 4 hectares anuais. A área de pastagem, geralmente ocupa grande parcela da área desmatada, demonstrando ainda a importância da referida atividade, sobretudo, no que se refere à criação de uma pequena reserva econômica em gado (que em geral gira em torno de 10 a 20 animais), como já referimos anteriormente. A área destinada à lavoura refere-se a parte da propriedade que atualmente está sendo destinada a cultivo de plantas perenes, consorciadas com lavouras temporárias nos primeiros anos (Quadro 07).

A lavoura temporária (Quadro 07), em geral refere-se a produtos voltados para a auto-subsistência familiar, é praticada tanto consorciada com as lavouras perenes (enquanto

estas estão em processo de formação), como em área recém-desmatada e praticada de forma extensiva por um ou dois anos, sendo em seguida também destinada a culturas permanentes. Já nas lavouras perenes, tem sido priorizadas a iniciação da formação de SAFs, em que se busca combinar a diversificação de cultivo com produtos de grande aceitação no mercado e maior sustentabilidade ambiental. Para isto, tem se priorizado a reutilização de área de capoeira, recriando nela sistemas produtivos que compatibilizem a viabilização da produção econômica com a recuperação de áreas semi-degradadas.

Quadro 07: Economia: Tipos de cultivos desenvolvidos por associações

Associação	Culturas perenes	Culturas temporárias	Extrativismos
Francisco Marçal	Madeiras de lei, café, pupunha, guaraná, seringa, castanha	-	Castanha
Lua Nova	Castanha pupunha	-	Castanha
N. S. de Fátima	Pimenta longa, café, pupunha.	-	-
Nova Aliança	Café, pimenta longa.	Arroz e feijão	-
Primeiro de Maio	-	-	-
Ramal 12	Café, pupunha, cupuaçu e castanha.	Arroz, feijão, milho e mandioca.	-
Santa Luzia	Pupunha, castanha, pimenta longa, café.	Arroz, feijão, milho, mandioca.	-
S. João Batista	-	Arroz, feijão, mandioca, milho.	Castanha e madeira
Wilson Souza Pinheiro	Seringa, castanha, café, citros.	Cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão	Castanha

Fonte: Pesquisa de campo, Brasília, 1999-2000.

Com relação às áreas de floresta, nos encontros e reuniões promovidos pela CAPEB, tem sido demonstrado que a grande importância da floresta reside em sua existência tal como é naturalmente, ou seja, mesmo não tendo um valor (pois não é produto do trabalho social) se atribuíssemos um preço este seria maior para a floresta em pé. Neste sentido, os incentivos são dados mais para um manejo e uso correto de seus recursos sem destruí-la. As atividades como o extrativismo da castanha, a extração de óleos, de sementes de espécies amazônicas, do açaí e até da borracha tem-se destacado. Nas formas de manejos, podemos citar alguns exemplos: a produtividade da castanha-do-Brasil pode ser ampliada com certos cuidados com os castanhais, promovendo o desbaste da castanheira de espécies que abafam as árvores (como cipoais, p.e.); ao ainda para extração do óleo de copaíba (árvore típica desta região) desenvolveu-se agora uma tecnologia de extração com pequenas perfurações no tronco, agredindo menos e permitindo a produção por anos contínuos; evitando que estas árvores sejam derrubadas, como no processo antigo; ou, ainda com a prática do "enriquecimento de espécies", que de forma simplificada, consiste no plantio de algumas espécies vegetais de valor econômico e ambiental (como o mogno, cerejeira, cedros, seringueira, castanheira etc.) em meio à floresta ou capoeira, deixando-as crescer livremente.

Portanto, o que podemos dizer para concluir este item, é que não se pode negar que estas práticas também trazem um impacto ao meio ambiente, porém seguramente, este é mais positivo do que negativo. Nada disto é comparável com os danos do desmatamento e da queimada da floresta. Todavia, são pontos para refletirmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Tratando-se de um trabalho, no qual buscamos analisar a questão da pequena produção na estrutura produtiva agrícola, no contexto de incorporação da região acreana na fronteira amazônica, pós 1970, a análise do processo histórico se torna fundamental para compreendermos como grupos sociais de trabalhadores camponeses, no conjunto dos conflitos gerados, redimensionam suas ações e produzem nova perspectiva para sua existência como tal, quando a tendência seria sua expropriação.

A análise do processo nos permitiu entender que, apesar de estarmos tratando de um estudo de experiências específicas, estes movimentos somente podem ser apreendidos à medida que o concebemos no contexto das transformações que ocorreram e ocorrem num nível analítico global de uma totalidade.

Entendemos que o movimento dos trabalhadores em busca de organização para não serem expropriados, caracteriza-se num contexto contraditório, em que se por um lado o acesso a terra foi possibilitado a este camponês, por outro as próprias condições estruturais dos assentamentos trazem as dificuldades para sua plena reprodução e manutenção na terra. Neste sentido, estas organizações têm um caráter fundamental de serem movimentos de resistência destes grupos sociais, ou seja, uma fase posterior à luta pelo acesso a terra, não se tratando mais da "luta pela terra", mas sim da "luta na terra". Geografizando a questão, podemos dizer que no primeiro momento a luta se dava pela conquista de território, ou seja o embate aí era de caráter socioterritorial; ao acessar a terra e territorializar, florescem as territorialidades camponesas (processo de recriação) que serão bases para a luta na terra, isto significava que a luta voltava a ter como marca fundamental o embate de caráter socioespacial.

O significado maior, que podemos apreender destas experiências de associativismo, é que as condições históricas e socioespaciais em que estão sendo construídas muito diferem de outras experiências. A valorização simbólica das associações, mesmo no momento que estas apresentaram limitações para uma ação mais eficiente no mercado, mostra a importância da CAPEB como elemento do símbolo social das lutas que estes agentes travaram para chegar até o nível de organização atual, perante às metas de maior eficiência no mercado com COMPAEB.

Cabe salientar que, a CAPEB não é produto de uma cópia de outros modelos de organização, seu surgimento se dá no contexto da auto-organização destes trabalhadores e, é aí que encontram com o associativismo e cooperativismo. Também não é modelo, mas pode ser referência para repensarmos perspectivas para a produção camponesa na Amazônia.

O associativismo e o cooperativismo, em meio a estes camponeses, oferecem a possibilidade destes juntos se inserirem no mercado com uma produção organizada, e que paulatinamente vai se enquadrando nos padrões de qualidade exigidos; padrões estes, que para alguns produtos, somente em ambientes de trabalho familiar, serão possíveis de serem produzidos, dados aos cuidados minuciosos necessários. Nisto, este tipo de propriedade e de força de trabalho explorada são fundamentais.

Ademais, ressaltamos que mesmo não querendo entrar na polêmica sobre o camponato, temos de salientar que na apreensão destes pontos apresentados não dá para conceber estes trabalhadores como sujeitos alheios à realidade atual e, aos quais somente os acessos a terra lhes bastem – as aspirações dos camponeses de hoje, são de ter melhores condições de vida, de produzir e vender seus produtos no mercado a preço justo, de ter uma

casa em boas condições de habitação, escola para seus filhos, acesso à assistência médica, uma televisão para seu lazer etc. O que podemos notar, é que ao contrário dos camponeses caracterizados como "atrasados" por Marx e Lênin, no século XIX e início do século XX (na Rússia e Europa), hoje sem perder suas dimensões políticas de luta, as aspirações de consumo e bem-estar dos camponeses aqui tratados, não se diferem muito de um trabalhador das periferias urbanas, mas mantendo seus fortes vínculos familiares, comunitários e com a terra. Os atrasos maiores, às vezes, são de nossas teorias que não conseguem ver isto.

Por final, entendemos que a possibilidade destas experiências continuarem a ser bem sucedidas reside na concepção de sua organização, partindo da construção de três projetos que busquem equilíbrio fundamentado em princípio da solidariedade interna: um **projeto político** que vise preparar seus membros para agir, compreender e gerir seus negócios, a partir da formação de sujeitos críticos e conhecedores do que se faz; um **projeto econômico** que almeje a inserção destes grupos nos mercados, garantindo maior rentabilidade a seus produtos, revertendo em uma maior renda familiar; e por último um **projeto ambiental** que congregue suas aspirações de bem-estar social com a sustentabilidade do meio ambiente em que vivem, num repensar de seus projetos de produtivo de agricultor para agro-silvicultor.

Não queremos ser entendidos como ingênuos sobre a questão, nem tampouco defender uma posição que para não se submeter ao processo de reprodução imposto pelo mercado, o camponês deveria isolar-se do contexto social e econômico maior que o cerca. Todavia, a perspectiva aberta pelas organizações que têm se fundamentado em princípios do associativismo e cooperativismo, ao que se tem demonstrado, não se conduz em uma oposição ao mercado, mas sim em busca alternativas de inserção para aqueles grupos sociais que estavam aliçados dele. Entendemos que isto não desvirtua o papel de uma conquista que surgiu em meio aos movimentos sociais. Está claro que é preciso da formação política, para se pensar em projetar outra sociedade, mas também há clareza de que não há consciência política possível para quem não tem o que comer.

Para concluir, ao invés de apontar a um fechamento do assunto, preferimos deixar dois pontos para a reflexão sobre o sentido destas experiências:

- Até onde uma organização construída a partir de grupos sociais de trabalhadores que estavam semi-marginalizados, fundamentando-se em princípio de solidariedade, poderá subsistir com tal no individualismo de uma sociedade de mercado?
- Sendo uma organização que se subordina ao processo ampliado de reprodução capital, como poderá esta se manter livre de sua essência competitiva e segregadora?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACRE, Governo do Estado. 2000. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre**: Indicativos para a gestão territorial do Acre – documento final. Rio Branco: SECTMA, v.2.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. 2000. Cooperativas: as tendências e a nova geração de cooperativas. In: MONTROYA, Marco Antônio, PARRÉ, José Luiz (orgs.). **O agro-negócio brasileiro no final do século XX**: Estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências. Passo Fundo: UPF. V.I.
- CASTRO, Ana Célia, FONSECA, Maria da Graça da. 1994. O potencial do agribusiness na fronteira. In: **Revista de Economia Política**, S.I. V. 14, N° 1 (53), jan/mar. p. 63-84.

- BENATO, João V. A. 1996. **Cooperativismo, encontros e desencontros**. 3. ed. São Paulo: Secretaria de Agricultura e abastecimento/Instituto de cooperativismo e associativismo, 123p.
- FERREIRA JR., Waldemar, PRATA, Edna Meigger, CASTRO, Lúcia Helena Miranda de. 1993. **Organizações de Associações**. 3.ed. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo. 38p.
- FLUERY, Maria Teresa Leme. 1983. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global.
- GROMOSLAV, Mladenatz. 1944. **História de las doctrinas cooperativa**. México: América.
- MCGRATH, Mary Jean. 1971. **Cooperativas Prosperas: praticas y procedimientos**. México: Centro Regional de Ayuda Técnica. 220p.
- MARTINS, José de Souza. 1983. **Os camponeses e a política no Brasil; As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed., Petrópolis: Vozes. 185p.
- PINHO, Diva Benevides. 1966. **A doutrina nos regimes capitalista e socialista**. 2.ed. São Paulo: Pioneir. 161p.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. 1989. **O que é cooperativismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 70p.
- SANTOS, Milton. 1985. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 88p.
- SCHNEIDER, João Elmo. 1981. Cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 11-40.
- SERRA, Elpidio. 1987. Algumas contradições entre a teoria e a prática cooperativista. In: **Boletim de Geografia**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá. A. 05. N.º 01. Mar./87. p.53-69.
- SILVA, Silvio Simione da. 1999. **A fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente, 373p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista.
- _____. 1999-2000. **Projeto de Pesquisa**: “CAPEB: associativismo e a pequena produção familiar agrícola”. Rio Branco: Universidade Federal do Acre.

ENTREVISTAS, QUESTIONÁRIOS E OUTRAS FONTES:

- ALÉCIO, Sérgio (atual presidente da CAPEB). **CAPEB**. (entrevista concedida a Silvio Simione da Silva, em Brasília, em setembro de 1999).
- BRAÑA, Paulo (Agrônomo e agente da CPT/AC). **A formação das associações de produtores rurais no Acre**. (entrevista concedida a Silvio Simione da Silva, em Brasília, em março de 2000).
- CAPEB. **Livro de Atas**. Brasília, 2000.
- CAPEB. **Estatuto Geral**, 1993.
- CAPEB. **Projetos Desenvolvidos**, 2000.
- CAPEB. **Arquivo geral**, 2000.
- COMPAEB. **Estatuto Geral**, 1999.
- DAGNONI, Márcio (ex-coordenador da CPT/AC e assessor jurídico do Dep. Ronald Polanco – PT/AC). **A CPT e o recente surgimento do associativismo no Acre**. (entrevista concedida a Silvio Simione da Silva, em Rio Branco, em março de 2000).
- EQUIPE DA CAPEB. **Questionário aplicado a “Chefes de Famílias” de nas associações**. Brasília, 1999-2000.

